



## Poder Judiciário

### Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Plataforma Nacional de Editais de 10/04/2026

Certidão de publicação 236

Edital

**Número do processo:** 0001401-28.2016.5.06.0019

**Classe:** Ação TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO

**Tribunal:** Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

**Órgão:** 19ª Vara do Trabalho do Recife

**Tipo de documento:** Edital

**Disponibilizado em:** 10/04/2026

**Inteiro teor:** [Clique aqui](#)

**Destinatários(as):** 14A. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA

RUDIMAR SOARES BEZERRA

WICON-INOX ACOS, EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS  
INDUSTRIAIS LTDA

**Advogado(as):** ANA CAROLINA PEREIRA CABRAL - OAB PE - 42137

ROGÉRIO MAIA COUTO - OAB PE - 25925

#### Teor da Comunicação

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO 19ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE ATSum 0001401-28.2016.5.06.0019 RECLAMANTE: RUDIMAR SOARES BEZERRA RECLAMADO: WICON-INOX ACOS, EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO 19ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE/PE Processo n. 0001401-28.2016.5.06.0019 EXEQUENTE: RUDIMAR SOARES BEZERRA - CPF: 050.727.664-70 ADVOGADO: ROGÉRIO MAIA COUTO - OAB-PE 25925 EXECUTADO: WICON-INOX ACOS, EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA – CNPJ 11.185.188/0001-06 ADVOGADO: ANA CAROLINA PEREIRA CABRAL - OAB-PE 42137 TERCEIRO INTERESSADO: 14A. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DIRETA com AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (EXCLUSIVAMENTE ON LINE) O(A) Exmo(a). Juiz(a) da 19ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE/PE, nos termos do artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil, bem como das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), torna público que será realizada ALIENAÇÃO JUDICIAL DIRETA ONLINE do (s) bem (ns) penhorado (s) nos autos do processo e m epígrafe, por intermédio do(a) Leiloeiro(a) Oficial DANIEL CINTRA ZANELLA, credenciado(a) junto a este Regional Trabalhista, por meio do site <https://leilao pernambuco.com.br/> Conforme § 1º, do art. 880, do CPC: “O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e a comissão...”, o que se faz mediante as seguintes DIRETRIZES: 1. OBJETO (S) DA ALIENAÇÃO: IMÓVEL: - Prédio n. 113, situada na Av. Gal. Mac Artur, na Imbiribeira, n/cidade, edificada no lote de terreno próprio designado como 1-A, da quadra G, do 1º Loteamento Jardim Jussara, na Imbiribeira, Freguesia dos Afogados/cidade, lote esse do remembramento dos lotes 1, 2, 3 e 4, medindo o mencionado lote 30,00m de frente e fundos por 49,50m em ambos os lados, composto o mencionado prédio dos seguintes cômodos: um salão, escritório e banheiro, confrontando-se: - pela frente com a Av. Gal. Mac Artur, lado direito com a Rua Jaci, formando aí esquina com Av. Gal. Mac Artur, lado esquerdo com o prédio 156, da Av. Gal. Mac Artur, de José Inácio de Souza; e nos fundos com o lote 05, da mesma quadra e loteamento, com frente para a Rua Jaci” MATRICULA ATUAL NUMERO 6, FICHA 01F do 5º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RECIFE-PE (REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 14.417. Ficha 01F, Livro 2 – Registro Geral do 1º Cartório de Registro de Imóveis do Recife-PE). PROPRIETÁRIA: WICON PERNAMBUCANA ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 11.185.188/0001-06. Obs.: Imóvel fechado e sem funcionamento desde 2019, com asp

ecto de abandonado e mal conservado, paredes externas pichadas e algumas janelas quebradas. Reavaliação feita sem ad entrar o imóvel. O imóvel possui os seguintes ônus (Id. 9426ccd): AV-1-14.417: PENHORA, processo: 0071988-26.20 06.8.17.0001, 1ª Vara dos Executivos Fiscais de Recife AV-2-14.417: INDISPONIBILIDADE, processo: 0033742-68. 2000.8.17.0001, 1ª Vara Cível da Capital AV-3-14.417: INDISPONIBILIDADE, processo: 02068200101409006, 14ª V ara do Trabalho de Curitiba/PR AV-4-14.417: PENHORA, processo: 0013265-59.1999.4.05.8300, 22ª Vara Federal do Recife/PE R-5-14.417: PENHORA, processo: 0000907-42.2011.4.05.8300, 22ª Vara Federal do Recife/PE R-7-14.417: PENHORA, processo: 0012855-88.2005.4.05.8300, 22ª Vara Federal do Recife/PE R-8-14.417: PENHORA, processo: 0000348-90.2017.5.06.0014, 14ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-9-14.417: PENHORA, processo: 0000127-19.2017. 5.06.0011, 11ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-10-14.417: PENHORA, processo: 0000799-73.2016.5.06.0007, 7ª Var a do Trabalho de Recife/PE R-11-14.417: PENHORA, processo: 0001711-82.2016.5.06.0003, 3ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-12-14.417: PENHORA, processo: 0000920.22.2016.5.06.0001, 1ª Vara do Trabalho de Recife/PE. R-13-1 4.417: PENHORA, processo: 0001401-28.2016.5.06.0019, 19ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-14-14.417: PENHOR A, processo: 0000450-83.2019.5.06.0001, 1ª Vara do Trabalho de Recife/PE AV-15-14.417: AVERBAÇÃO DE REAV ALIAÇÃO, processo: 0001401-28.2016.5.06.0019, 19ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-16-14.417: PENHORA, proc esso: 0001110-97.2017.5.06.0017, 10ª Vara do Trabalho de Recife/PE R-17-14.417: PENHORA, processo: 0000314-5 4.2018.5.06.0023, 2ª Vara do Trabalho de Recife/PE Valor da Avaliação: R\$ 12.000.000,00 Localização do bem: Aveni da General Mac Arthur, 113, Imbiribeira, Recife/PE Data da reavaliação: 04/11/2020 Valor da Execução: R\$ 20.492,60 (Id. 703aa8e) Fiel Depositário: JOÃO SANDOVAL DA SILVEIRA 2. FASES DA ALIENAÇÃO e PERCENTUAIS D E PREÇO MÍNIMO: Serão realizadas Sessões on line sucessivas, com os seguintes parâmetros: a) 1ª SESSÃO, dia 30/ 04/2026, com fechamento às 15:40h: a partir do valor da avaliação; b) 2ª SESSÃO, dia 07/05/2026, com fechamento às 15:40h: a partir do valor equivalente a 60% da avaliação; c) 3ª SESSÃO, dia 21/05/2026, com fechamento às 15:40h: a partir do valor equivalente a 40% da avaliação. d) Em todas as Fases será oportunizado com transparência e igualdade d e condições a participação dos (as) interessados (as) que tenham cadastro homologado e habilitado, conforme regramen to contido no item 5. deste Edital. As propostas deverão ser realizadas até o horário estabelecido para fechamento de cad a Sessão; e) As Sessões de Alienação Diretas supracitadas poderão ser realizadas com transmissão ao vivo, em tempo re al, com início cerca de 15 a 20 minutos antes do horário final estabelecido, informando antes do fechamento as principa is regras do certame e procedendo ao fechamento da Sessão on line, informando ao final do horário o valor da oferta ve ncedora, levando para os autos a última melhor proposta que tenha sido registrada até 15:40h do dia de cada Sessão. Ob s.1: Qualquer proposta que tenha sido eventualmente registrada após o horário de fechamento da Sessão será desconside rada e excluída do Sistema do Leiloeiro (a), que certificará como vencedora a proposta realizada apenas dentro do parâ metro temporal estabelecido neste Edital. Obs.2: Se ocorrer qualquer problema técnico na transmissão mencionada no it em 2, e), não haverá prejuízo à validade do ato, podendo o fechamento do certame ocorrer exclusivamente por meios inf ormáticos, sendo dispensada em caso de impossibilidade, a transmissão do vídeo e áudio do leiloeiro, uma vez que a dis puta finda em hora marcada e considerando que os participantes tem a obrigação de conhecer todas as regras deste Edita l. Obs.3: Considerar-se-á não vil o preço que respeite os percentuais mínimos estabelecidos neste Edital, sem prejuízo d a análise do Juízo acerca das circunstâncias concretas do caso nos termos da Legislação aplicável à espécie, notadament e art. 891, do CPC. 3. AMPLA DIVULGAÇÃO, CONDIÇÕES DE VENDA, COMISSÃO DO (A) LEILOEIRO (A): a ) Após a publicação deste Edital no Diário Eletrônico da Justiça, o (a) Leiloeiro (a) Oficial dará ampla publicidade à Ali enação em seu site, e demais meios de ampla divulgação; b) As propostas serão consideradas à vista, e devem ser pagas através de guia de depósito judicial; c) A comissão devida ao(à) Leiloeiro(a) Oficial é de 5% sobre o valor da alienação, e deve ser paga pelo (a) adquirente em guia de depósito judicial apartada, diversa da do lance/proposta. d) Eventuais pro postas nos autos de oferta parcelada podem ser admissíveis em caso de bem (ns) imóvel (is), e deverão ser apresentadas nos termos do art. 895, do CPC, podendo ser apreciadas pelo Juízo, desde que não haja proposta a vista na Sessão de Ali enação. A apresentação de proposta parcelada deve ser feita nos próprios autos e ser protocolada pelo (a) advogado (a) d o (a) proponente antes da Sessão de Alienação Direta, observando o preço mínimo estabelecido para cada Fase de Com pra. Se as propostas protocoladas nos autos forem de igual valor e igual quantidade de parcelas, terá preferência a que fo i protocolada primeiro. 4. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, SUB-ROGAÇÃO NO PREÇO, BAIXAS E ISENÇÕES: a) A a lienação por iniciativa particular é forma originária de aquisição da propriedade, equiparando-se em seus efeitos à aliena ção em Hasta Pública. Sendo assim o arrematante/adquirente ficará isento dos créditos tributários relativos a impostos c ujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela pre stação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados e Municípios e Distrito Feder al, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou n ão inscritos na dívida ativa (art.130, parágrafo único do CTN). Assim como haverá a baixa de qualquer gravame em mat rícula imobiliária, sem ônus ao (à) comprador (a), abrangendo penhoras, indisponibilidades, arrestos, averbações oriund as de outras ações, hipotecas e equivalentes. Cabe ao (à) adquirente, todavia, a responsabilidade de pagar os emolument os cartoriais de transferência, e demais custos com regularização da área, como com desmembramentos, se for o caso, al ém do ITBI, como requisito para registro da Carta de Alienação, a ser expedida no momento processual oportuno. b) Ev entuais débitos condominiais podem ser sub-rogados no preço, nos termos do art. 908 do CPC. Todavia, caso a sub-rog ação não ocorra total ou parcialmente, após rateio e em razão do pagamento de créditos preferenciais, serão de responsa bilidade do(a) adquirente os valores não sub-rogados, salvo provimento jurisdicional obtido em ação própria. Sendo assi m o (a) interessado (a) deverá apurar o valor condominial devido junto à administração/Síndico. Este edital tem força de ofício em favor do (a) interessado (a) para esse fim. c) Em caso de veículos, serão baixados (as) por ordem do Juízo aos

órgãos competentes as multas, licenciamento, IPVA, gravames e demais ônus que sejam anteriores a alienação, ou seja, o adquirente receberá o bem livre de ônus e gravames. d) Em caso de alienação fiduciária, se o entendimento do Juízo for o de penhorar os direitos do devedor fiduciante, a descrição do bem indicará e o saldo devedor deve estar indicado no Edital, para que o arrematante/adquirente possa ser responsabilizado na assunção da dívida do devedor fiduciante, sob pena de nulidade da venda. E caso o entendimento seja diverso, de não responsabilizar o comprador pela dívida, o saldo devedor não precisa constar do Edital, todavia a intimação do credor fiduciário deve ser observada para a eficácia do ato.

e) Eventuais taxas judiciárias ou tributos que venham a incidir sobre a operação de alienação do bem, inclusive aqueles que venham a ser instituídos pela Reforma Tributária (IBS e CBS e outros), observarão a legislação vigente e, caso exigidos pelos entes competentes, serão suportados pelo adquirente, não havendo responsabilidade do Juízo, do exequente ou do leiloeiro.

**5. CADASTRO E HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES:** a) Para participar da alienação, o(a) proponente deverá estar cadastrado(a) e homologado(a) no site <https://leilaopernambuco.com.br/> e também em sistema do Tribunal, se existir e estiver ou vier a estar previsto em normas internas. b) O (A) licitante, caso já não possua cadastro previamente habilitado no site do (a) Leiloeiro (a) Oficial e do Tribunal, no prazo de pelo menos 48h antes do fechamento de cada Sessão da Alienação Judicial Direta, responsabilizando-se pela veracidade dos documentos anexados, e sob as penas da lei, sendo pessoa física, deverá fornecer cópias digitalizadas do CPF, RG, comprovante de residência, e comprovante de estado civil (certidão de nascimento, ou certidão de casamento, com ou sem averbação do divórcio ou separação, ou documento que comprove a união estável), e, se pessoa jurídica, contrato social ou equivalente e últimas alterações ou contrato consolidado, cartão CNPJ, RG, CPF e comprovante de residência do (s) representante (s) legal (is) da empresa; documentos estes que deverão ser anexados via sistema/site, quando do seu cadastramento no site do (a) Leiloeiro (a) Oficial. O login do (a) interessado (a) no site do (a) leiloeiro (a) só será liberado após a conferência da documentação acima mencionada. Liberação de cadastros realizados após esse prazo poderão ser atendidas até a data da Sessão a depender da disponibilidade do (a) Leiloeiro (a) e de sua equipe em conferir os documentos apresentados e liberar o login do (a) interessado (a). O (A) licitante só estará plenamente habilitado se também providenciar no mesmo prazo homologação perante o sistema de cadastro de licitantes do Tribunal, se existir. Uma vez feito o cadastro e estando este homologado, não há necessidade de novo cadastramento e homologação para as demais Sessões de Alienação que se seguirem, salvo se houver alteração em quaisquer dos sistemas de cadastramento que importem na necessidade de recadastramento ou caso supervenientemente o cadastro do (a) licitante precise ser revalidado em caso de pendência ou alteração. c) Na hipótese de inexistência ou descontinuidade de sistema de cadastro de licitantes do Tribunal ou em caso de se estabelecer em normas ou regulamentos a necessidade de cumprimento de outras exigências cadastrais, diversas das anteriormente estabelecidas, poderá o Leiloeiro, sempre que entender necessário, estabelecer a necessidade de habilitação prévia para a participação em cada Sessão de Alienação, para os fins de verificar a adequação do cadastro do licitante às exigências cadastrais vigentes ao tempo da realização de cada Sessão.

**6. CERTIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO:** a) O(A) Leiloeiro(a) certificará nos autos o resultado de cada Sessão. Em caso de alienação positiva, e após a homologação judicial, o (a) Leiloeiro (a) enviará para a conta de e-mail cadastrada do (a) adquirente as guias de depósito judiciais referentes ao valor proposto e à comissão do(a) leiloeiro(a), tendo este (a) prazo de pagamento de 2 dias úteis após expedição das guias ou outro prazo que o Juízo fixar na decisão homologatória. b) O (a) Leiloeiro (a) também certificará nos autos acerca da segunda maior proposta que tenha sido ofertada, para os devidos fins.

**7. FORMALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO:** a) Conforme o art. 880, §2º, do CPC, a alienação será formalizada por Termo/Auto nos autos, com a assinatura do(a) juiz(a), do(a) exequente, do(a) adquirente e, se presente, do(a) executado(a). O termo será confeccionado com o auxílio do(a) Leiloeiro(a) Oficial, que assinará o documento e colherá as assinaturas do (a) adquirente, e do (s) exequente (s), podendo esta subscrição se dar através do (a) (s) advogado (a) (s) deste (s) e em seguida o remeterá à Vara, para que seja assinado pelo Juízo. b) Após a assinatura do Termo/Auto de Alienação, com as intimações de Estilo, e tendo decorrido o prazo legal de impugnação (art. 903, §2º, CPC), será expedida: CARTA DE ALIENAÇÃO e MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE, nos casos de bem imóvel; ou MANDADO/ORDEM DE ENTREGA, nos casos de bem móvel.

**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:** a) A venda deverá ser divulgada no sítio eletrônico do (a) Leiloeiro (a) Oficial, qual seja: <https://leilaopernambuco.com.br/>, e respeitada a publicidade de todos os atos inerentes à venda, gozando o (a) Leiloeiro (a) de fé de ofício no tocante à certificação das circunstâncias em que realizada, e devendo ser advertidos os (as) proponentes de que serão considerados, nesse procedimento, equiparados aos arrematantes para todos os fins de Direito; b) O prazo de publicação do Edital e intimações legais, conforme art. 889, do CPC, é de pelo menos 5 dias úteis de antecedência para a primeira Sessão de Alienação eletrônica designada; c) O arrematante/adquirente remissos ou inadimplentes estarão sujeitos às penalidades legais (art. 897 CPC, art. 358, CP, e demais normas aplicáveis à espécie); d) Pelo presente, fica(m) desde logo INTIMADA(S) A(S) PARTE(S), NA(S) PESSOA(S) DE SEU(S) ADVOGADO(S), bem como demais interessados, credores e cônjuge do (a) executado (a), se houver, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal. Este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça e no sítio eletrônico mantido pelo (a) leiloeiro (a), em conformidade com a lei; e) Quaisquer dúvidas podem ser sanadas com o (a) Leiloeiro (a) e sua equipe pelos seguintes canais de comunicação: WhatsApp (81) 99707-0507/ 99680-0102 ou pelo e-mail [contato@leilaopernambuco.com.br](mailto:contato@leilaopernambuco.com.br). Recife/PE, 07 de abril de 2026. RECIFE-PE, 09 de abril de 2026. RECIFE/PE, 09 de abril de 2026. FLAVIO CORDEIRO DE LIMA Diretor de Secretaria Intimado(s) / Citado(s) - WICON-INOX ACOS, EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de

2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/9JqKnM28ZBIDTNVsJhBm4eWRWjAkoy/certidao>  
Código da certidão: 9JqKnM28ZBIDTNVsJhBm4eWRWjAkoy